



Revista Científica Hermes

E-ISSN: 2175-0556

hermes@fipen.edu.br

Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa
Brasil

Moretti, Lindiane Viviane; de Castro, Claudia L.; C. dos Reis, Fernanda; Silveira, Ivaneide;
Pereira, Jessica; dos Santos, Sandra M.

A DESVALORIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS NAS ESCOLAS PÚBLICAS E AS
CONSEQUÊNCIAS PARA O MERCADO

Revista Científica Hermes, vol. 7, julio-diciembre, 2012
Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa
Brasil, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477647818010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A DESVALORIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS NAS ESCOLAS PÚBLICAS E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O MERCADO

THE DEVALUATION OF THE TEACHING OF ENGLISH IN PUBLIC SCHOOLS AND THE CONSEQUENCES TO THE MARKET

Lindiane Viviane Moretti ¹

Especialização em Psicopedagogia no Processo de Ensino Aprendizagem pelo Centro Universitário Claretiano de Batatais.

Claudia L. de Castro ^{1,2}, Fernanda C. dos Reis^{1,2}, Ivaneide Silveira ^{1,2}, Jessica Pereira ^{1,2}, & Sandra M. dos Santos ^{1,2}

¹. Faculdade Instituto Paulista de Ensino, Rua Euclides da Cunha, 377, Centro, Osasco, SP, CEP 06016-030.

². Graduando em Administração no FIPEN.

RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender quais os possíveis motivos que impedem os alunos de escolas públicas a aprenderem a se comunicar em língua inglesa. O tema torna-se importante já que neste país profissionais bilíngües recebem melhores salários o que impacta no modo de vida de qualquer pessoa. O nosso estudo nos levou a pensar sobre os objetivos do ensino de língua inglesa na escola pública numa tentativa de entender se seus os mesmos atendem ao mercado de trabalho. Para iniciarmos nossas reflexões aplicamos um questionário a um grupo de alunos do Ensino Médio e lemos artigos relacionados ao tema, publicações do MEC e da SEE relacionados ao currículo de Língua Inglesa e conseguimos informações sobre a afirmação de que quem fala uma segunda língua recebe melhor salário. Concluímos com a certeza de que a escola precisa inserir, em seu horizonte, a necessidade de ensinar inglês efetivamente de maneira a dar chances reais de mudança de vida de seus estudantes.

Palavras-chave: língua inglesa e trabalho, salário e língua inglesa, conhecimento de inglês e mercado, ensino de inglês e mercado, objetivos do ensino de inglês.

ABSTRACT

The objective of this article is to understand the possible reasons why elementary and secondary students of public schools do not learn English effectively. It is an important theme for business and educational area for it is proved that people who speak two or more languages can get better salaries. In order to reach our goals we placed a questionnaire to High School students in a public school, read articles, accessed Official Publications and had access to texts that shows the market value of knowing another language. Finally, we were certain that school needs to add in its horizon that learning English is not only important for



cultural or educational reasons, but also for changing the life of their students as it makes it possible for them to change their salary status at work.

Key-words: English language and work, salary and English language, English knowledge and market, objectives of English learning at school.

INTRODUÇÃO

O tema deste artigo surgiu da indignação de algumas estudantes de Administração da FIPEN (Faculdade Instituto Paulista), São Paulo, perante a constatação de que não aprenderam a se comunicar em língua inglesa para usar em seu ambiente de trabalho mesmo após tantos anos de aulas de inglês na Escola Pública. Em linhas gerais, em São Paulo, os alunos estudam inglês desde o 6^a ano (antiga 5^a série) até o Ensino Médio, o que significa um total de 600 horas, 86 horas por ano. Várias pessoas, ao calcularem dessa maneira, entendem que a escola não cumpriu seu papel, no entanto, a indignação nos fez pensar: que papel? Será que a escola se propõe a ensinar para o mercado de trabalho? Será que se propõe a ensinar inglês para a comunicação? Afinal, quais os objetivos da escola ao ensinar língua inglesa? Os estudantes sabem quais são esses objetivos?

Por serem estudantes de Administração, as reflexões sobre o tema giraram em torno da necessidade de se saber inglês para o mercado de trabalho, já que partimos da impressão que as empresas pagam melhor às pessoas que sabem inglês.

O artigo ficou organizado da seguinte maneira: a primeira parte trata da necessidade da língua inglesa no mercado de trabalho; a segunda, do histórico de desvalorização do ensino de línguas estrangeiras no Brasil, dos objetivos que a escola pretende alcançar ao ensinar inglês, além de refletir sobre possíveis causas de não se aprender inglês na escola pública. Na terceira parte, procuramos refletir sobre as possíveis causas de não se aprender inglês na escola pública regular e relacionamos essas reflexões à nossa indignação.

MATERIAIS E MÉTODOS

O nosso trabalho procurou entender os motivos que impedem a escola pública de ensinar inglês de maneira efetiva e eficiente, além de tentar mostrar o descompasso entre o que o mercado quer e o que a escolarização pretende. Dessa maneira, a bibliografia escolhida para embasar nosso estudo foi a de textos dos órgãos oficiais de educação (MEC e SEE-SP),



de pesquisadores que relacionam a importância do inglês na vida e no trabalho das pessoas e de revistas atuais que falam sobre o mesmo tema. Também aplicamos um questionário com questões classificadas nas categorias de perguntas fechadas a um grupo de alunos do ensino médio de uma escola pública do Estado de São Paulo. Pretendíamos aplicá-lo em duas escolas, mas uma delas se negou. O questionário possuía 4 blocos de afirmações com os seguintes conceitos respectivamente: visão do estudante sobre o conhecimento de inglês adquirido na escola; visão do estudante sobre o que é trabalho; visão do estudante sobre a necessidade de inglês para o mercado; e por último, visão do estudante sobre o inglês oferecido na escola pública. Os entrevistados escolhiam entre “não”, “pouco”, “razoavelmente” e “muito”. Uma das afirmações do último bloco foi excluída da análise final por apresentar dúvida de interpretação.

Além do questionário decidimos descobrir o quanto - de fato - o mercado de empregos busca funcionários que falem inglês, e para quais cargos essa língua é exigida em dois sites de anúncios de empregos on-line.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante as leituras dos textos acadêmicos selecionados, revistas do mundo administrativo, observações nos nossos ambientes de trabalho e leitura de dados sobre ofertas de empregos nos sites da CATHO e de VAGAEMPREGO, foi possível constatar que para garantir uma boa posição no mercado de trabalho e um bom salário, a fluência da língua inglesa é indispensável.

Os autores que tratam da relação entre saber inglês no mercado trabalho são unânimes ao afirmar que sem o conhecimento dessa língua, o trabalhador não ascende em seu trabalho e às vezes não consegue nem mesmo o emprego. Ortiz (2006 *apud* Cox & Assis-Peterson, 2007) afirma que “A globalização declina-se preferencialmente em inglês. Digo, preferencialmente, pois a presença de outros idiomas é constitutiva de nossa contemporaneidade, mesmo assim, uma única língua, entre tantas, detém uma posição privilegiada.”

Cox & Assis-Peterson ao mesmo tempo que demonstram a posição privilegiada sobre o uso da língua inglesa, nos informam também que “a expansão do inglês não é a expansão apenas da língua, mas é também a expansão de um conjunto de discursos que, ao promoverem o inglês, promovem concomitantemente ideais do Ocidente e da modernidade, como progresso, liberalismo, capitalismo, democracia etc.” (2007). Acreditamos que a discussão



sobre os benefícios e malefícios para a nossa cultura da aprendizagem da língua inglesa é fundamental e poderá ser discussão de um novo artigo.

Vivemos num mundo globalizado onde quase todas as nações pretendem interagir, e onde as mudanças são constantes. Se ao aprender inglês assimilamos simultaneamente os ‘conceitos como progresso, liberalismo, capitalismo, democracia e etc..’, e que talvez para alguns autores isso pode ser considerado uma desvantagem ou invasão, também não podemos ficar aquém desse conhecimento, pois ele parece determinar o padrão de vida que podemos levar nesse mundo, ao constatarmos que ganhamos mais por sabê-lo.

A jornalista Andréa Giardino da Revista Você S.A. fez um levantamento com 30 empresas e buscou descobrir o que elas mais valorizam em seus profissionais, Giardino (2011) observou que além da formação acadêmica e do inglês fluente, há também cinco competências em destaque: proatividade, disposição para aprender, aprendizagem rápida, flexibilidade e responsabilidade. Segundo Sanchez (1997 *apud* Tondelli, 2005) a partir dos anos 90 quando a globalização intensificou, a procura pelo aprendizado da língua inglesa aumentou, isto é, a língua inglesa já ganhou um status de obviedade na qualificação do profissional, assim como é na formação acadêmica.

Não podemos perder de vista que o domínio da Língua Inglesa no mercado de trabalho é fato, isto é, se sei inglês tenho mais chances de emprego e ganho mais do que meus colegas. Tivemos acesso a dois anúncios de vagas para analista de Service Desk: um, apenas analista de Service Desk e outro, analista bilíngüe. O primeiro ganharia até R\$1.800,00 e o segundo, R\$2.100,00. Poderíamos pensar que R\$300,00 não é muito dinheiro, mas se pensarmos em padrão de vida esse valor faz diferença, com ele, só para citar, poderíamos pagar um bom plano de saúde.

O site da CATHO, uma das maiores empresas de classificados on-line, há 14 anos no mercado, tem o objetivo principal de facilitar contratações. Ele divulga em seus anúncios, 80% das vagas de emprego com a exigência do inglês, de acordo com gerente comercial da empresa. Para Constantino Cavalheiro, diretor da Catho Educação Executiva, o inglês fluente é exigência para o crescimento profissional em qualquer carreira.

Em 7 de junho de 2010, a Catho Online publicou sua 31ª edição da Pesquisa Salarial e de Benefícios e identificou que profissionais que falam Inglês e Espanhol ganham mais. Abaixo o resultado da pesquisa que concluiu que ao falar inglês e espanhol o salário pode aumentar em 21,78%. No nível hierárquico de diretoria, a diferença salarial pode chegar até a 18,23%, Já no nível gerencial, a diferença de salários salta para até 19,24%; Coordenadores,



Supervisores ou Chefes que falem Inglês e Espanhol conquistam uma diferença ainda maior, podendo chegar a 21,78% do salário, conforme demonstraram na tabela 1 abaixo:

Tabela 1 – Salário médio e percentual de aumento em diferentes níveis hierárquicos em virtude do conhecimento de espanhol e ou inglês.

Diretor	Português	Espanhol	Inglês	Inglês e Espanhol
Salário Médio	R\$ 14.176,71	R\$ 14.409,09	R\$ 16.006,65	R\$ 16.761,55
%	*	1,64%	12,91%	18,23%

Gerentes	Português	Espanhol	Inglês	Inglês e Espanhol
Salário Médio	R\$ 7.498,66	R\$ 7.949,97	R\$ 8.448,80	R\$ 8.941,14
%	*	6,02%	12,67%	19,24%

Coordenador, Supervisor ou Chefe	Português	Espanhol	Inglês	Inglês e Espanhol
Salário Médio	R\$ 4.343,98	R\$ 4.600,17	R\$ 5.124,04	R\$ 5.290,03
%	*	5,90%	17,96%	21,78%

Fonte: [Catho online](http://catho.com.br).

A tabela elaborada pela CATHO on-line revela que os trabalhadores nos cargos de chefia se beneficiam ao saber as línguas inglesa e espanhola, no entanto, não nos informa se os trabalhadores de base teriam a mesma diferenciação.

No caso dos exemplos citados anteriormente na área de Service Desk a diferença é de mais ou menos 16,5% a mais para a função Service Desk Bilíngüe.

Isso nos faz pensar que talvez nem todos os trabalhadores de base precisem saber inglês, mas apenas aqueles cujas funções utilizem esse idioma de fato. Ao mesmo tempo, é possível inferir que se soubessem inglês poderiam mudar de cargo, ganhariam mais e poderiam até chegar a cargos de chefia – lembrando que o saber inglês é uma das competências.

A Prefeitura do Município de São Paulo possui a Central de Apoio ao Trabalhador – CAT - que “consiste em uma rede de postos de atendimento direcionados aos trabalhadores. Oferece serviços gratuitos como intermediação de mão de obra, habilitação do seguro-desemprego, cursos de qualificação, orientação para o trabalho, emissão de carteira de trabalho e microcrédito - para aqueles que buscam a inserção no mercado de trabalho formal e geração de renda.”

O site Vagaemprego divulgou informações sobre alguns anúncios do CAT. Selecionamos alguns deles de fevereiro, abril e maio, apresentadas na tabela 2.

Tabela 2 – Anúncios de emprego divulgados no site Vagaemprego.

VAGA	SALÁRIO *	EXIGÊNCIA
Porteiro	R\$ 964,00	Conhecimentos de informática, ensino médio
Vigilante	R\$ 633,00	Ensino Fundamental completo e curso de vigilante atualizado
Agentes de eventos	R\$ 944,00	Ensino Médio completo, cursos técnicos na área de eventos e experiência na função. Gostem de trabalhar em equipe, tenham bom relacionamento interpessoal e bons conhecimentos na língua portuguesa.
Manobrista	R\$ 1.044,00	Ter ensino fundamental completo ou incompleto, carteira de habilitação em dia na categoria C e experiência anterior mínima de seis meses.
Setor alimentício: atendentes de lanchonete, ajudantes de cozinha, garçons, cozinheiros, copeiros, atendentes de café, auxiliares de cozinha, confeitadores, atendentes de bar, pizzaiolos, atendentes de mesa, encarregados de bar e restaurante e churrasqueiros.	R\$ 560 e R\$ 1.200	Experiência comprovada de no mínimo 3 meses na função pretendida e Ensino Médio completo
Atendente de lanchonete, cozinheiro, churrasqueiro, chapista, salgadeira, copeiro, confeitador, auxiliar e também ajudante de cozinha e chefe de cozinha.	R\$ 560 e R\$ 1.000.	Chefe de cozinha - experiência e nível médio completo. Para o restante das vagas, os candidatos devem ter nível fundamental concluído e experiência de no mínimo seis meses.

Observamos que nenhuma das vagas acima exige o conhecimento de inglês e os salários variam de R\$520,00 a R\$1.200,00, bem diferente dos salários pagos aos coordenadores, gerentes e diretores publicados na pesquisa da CATHO on-line e diversos também daqueles do Service Desk.



Até agora, pudemos perceber que as ofertas de empregos que exigem o conhecimento da língua inglesa são aqueles dos cargos de chefia ou com funções de atendimento a estrangeiros, com esse conhecimento é possível ganhar acima de R\$2.000,00 e/ou ascender nas posições da empresa - obviamente observando outras tantas competências de cada cargo - o inglês é um dos itens necessários.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais reconhecem o papel da língua inglesa em nossas vidas, afirmam que a necessidade de aprender essa língua surgiu pela influência do poder econômico norte-americano, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial; influência que mais tarde foi intensificada pela globalização e pelos avanços tecnológicos. Além disso, o texto também afirma que “o inglês, hoje, é a língua mais usada no mundo dos negócios, e em alguns países, como Holanda, Suécia e Finlândia, seu domínio é praticamente universal nas universidades.” (BRASIL, 1998). O mesmo documento menciona, “as línguas estrangeiras, como disciplinas, se encontram deslocadas da escola. A proliferação de cursos particulares é evidência clara para tal afirmação.”

As Orientações Curriculares Nacionais de 2006 também reconhecem, mas com ressalvas a aprendizagem dessa língua para o mundo do trabalho, Quando professores e alunos (e também coordenadores, diretores, pais de alunos) defendem a necessidade de língua inglesa no currículo em vista do mercado ou das exigências tecnológicas, ou porque esse é o idioma da globalização, entendemos que esses argumentos refletem uma visão realista, mas revelam uma perspectiva parcial do que esse ensino pode realizar educacionalmente (BRASIL, 2006).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) afirma na Seção IV, que no currículo do Ensino Médio “será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.” Já as Orientações curriculares para o ensino médio de 2006 reforçam a ideia de que “a proposta de ensino de Línguas Estrangeiras para o nível médio não deve restringir-se ao mercado, lembrando seu caráter educativo, de formação de alunos (indivíduos, cidadãos), mas, ao mesmo tempo, ela não deve negligenciar o mercado de trabalho, e que muitos dos alunos que concluem esse nível de escolaridade saem em busca de trabalho.” (BRASIL, 2006).

O estado de São Paulo diz em sua Proposta Curricular para o inglês (2008), que o ensino de língua estrangeira moderna deve permitir que os alunos desenvolvam conhecimento sistêmico da língua e aprendam como utilizá-la para a comunicação, além de privilegiar o uso



da língua para possibilitar o acesso a bens culturais da humanidade. Propõe também que se promova:

“o conhecimento e o reconhecimento de si e do outro, traduzido em diferentes formas de interpretação do mundo, concretizadas nas atividades de produção oral e escrita, desenvolvidas em cada uma das etapas da escolarização.(...) Assim, tanto as escolhas metodológicas quanto a escolha de conteúdos a serem abordados nesse segmento (Ensino Médio) devem dar visibilidade ao diálogo entre o conhecimento escolar, sua formação como cidadão e suas relações com o mundo do trabalho, ampliando sua afinidade com os saberes para além das antigas perspectivas reducionistas que se limitavam apenas à preparação do educando para o mercado de trabalho ou para o ensino superior.”

Os objetivos gerais que o Ministério da Educação e a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo definem para o ensino de língua estrangeira para o ensino fundamental e enfatizam “o papel formativo de Língua Estrangeira no currículo, (...) uma reflexão sobre a função social de Língua Estrangeira no país e sobre as limitações impostas pelas condições de aprendizagem” (BRASIL, 1998), contudo o próprio documento relata as dificuldades para que o ensino atinja os objetivos definidos por ele mesmo, pois se sabe que, para aprender uma língua estrangeira, é necessária uma contínua exposição à essa língua, e no entanto, na escola “o número de horas dedicadas à Língua Estrangeira é reduzido (...); a carga horária total, (...), também é reduzida; a alocação da disciplina muitas vezes está em horários menos privilegiados etc”. (BRASIL, 1998). E complementa que “essas limitações são inaceitáveis” e que devem ser “tomadas medidas eficazes para saná-las” deve-se “determinar o que é possível fazer para se garantir condições mínimas de êxito, que devem resultar em algo palpável e útil para o aluno”. Alerta ao dizer que “mínimo não deve significar o menos possível, mas sim metas realistas, claramente definidas e explicitadas aos alunos” (BRASIL, 1998).

A Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de 2006 esclarecem a visão do ensino de língua estrangeira na escola regular e argumentam que aprender inglês nessa escola é diferente de aprender inglês em instituto de idiomas, “a disciplina Línguas Estrangeiras na escola visa a ensinar um idioma estrangeiro e, ao mesmo tempo, cumprir outros compromissos com os educandos, como, por exemplo, contribuir para a formação de indivíduos como parte de suas preocupações educacionais” (BRASIL, 2006). As orientações pretendem enfatizar que o papel da escola não é “preencher” o aluno com conhecimentos lingüísticos, mas sim demonstrar que o “valor educacional da aprendizagem de uma língua estrangeira vai muito além de meramente capacitar o aprendiz a usar uma determinada língua estrangeira para fins comunicativos”. Para isso seus objetivos principais estão ligados à



expansão do horizonte de comunicação do aprendiz, ou seja, “fazer com que ele entenda que há uma heterogeneidade no uso de qualquer linguagem, heterogeneidade esta contextual, social, cultural e histórica. (...); fazer com que entenda, com isso, que há diversas maneiras de organizar, categorizar e expressar a experiência humana e de realizar interações sociais por meio da linguagem (...); aguçar, assim, o nível de sensibilidade linguística do aprendiz quanto às características das Línguas Estrangeiras em relação à sua língua materna e em relação aos usos variados de uma língua na comunicação cotidiana e desenvolver, com isso, a confiança do aprendiz, por meio de experiências bem-sucedidas no uso de uma língua estrangeira. (...) (BRASIL, 2006).

A Proposta Curricular do Estado de São Paulo para a disciplina de Língua Estrangeira Moderna no Ensino Fundamental e Médio diz que as línguas estrangeiras na escola regular deve “promover o conhecimento e o reconhecimento de si e do outro, traduzido em diferentes formas de interpretação do mundo, concretizadas nas atividades de produção oral e escrita, desenvolvidas em cada uma das etapas da escolarização”.

Enfim, as propostas oficiais propõem objetivos na mesma direção das OCN: mais amplos do que apenas aqueles propostos por escola de idiomas.

Sabe-se que o inglês é um dos requisitos para a conquista de um bom emprego (Cox & Assis-Peterson, 2007). Embora, como dissemos acima, para as propostas oficiais os estudantes aprenderiam inglês para além daquela “perspectiva parcial” e sistêmica desejada pela família, pela escola e pelo mercado.

A ideia de ensinar uma língua estrangeira nas escolas públicas tem suas raízes no período em que éramos colônia de Portugal quando aprender uma língua estrangeira já era privilégio de poucos (Fogaça & Nunes, 2006).

De fato, se abordarmos as questões históricas perceberemos que a escola também estava restrita a poucos e foi apenas no final da década de 70 que o debate sobre a democratização da educação foi mais difundido (Dore, 2006). Para as línguas estrangeiras reservou-se nesse período a diminuição da carga horária, em contraposição às décadas de 40 e 50 que mantinham a inclusão de três línguas modernas (Francês, Inglês e Espanhol) e uma clássica (Latim) (Fogaça & Nunes, 2006) isto é, mais pessoas na escola com oportunidade de aprender uma única língua estrangeira, mas que provavelmente não aprenderão, pois o tempo de aula é ínfimo.

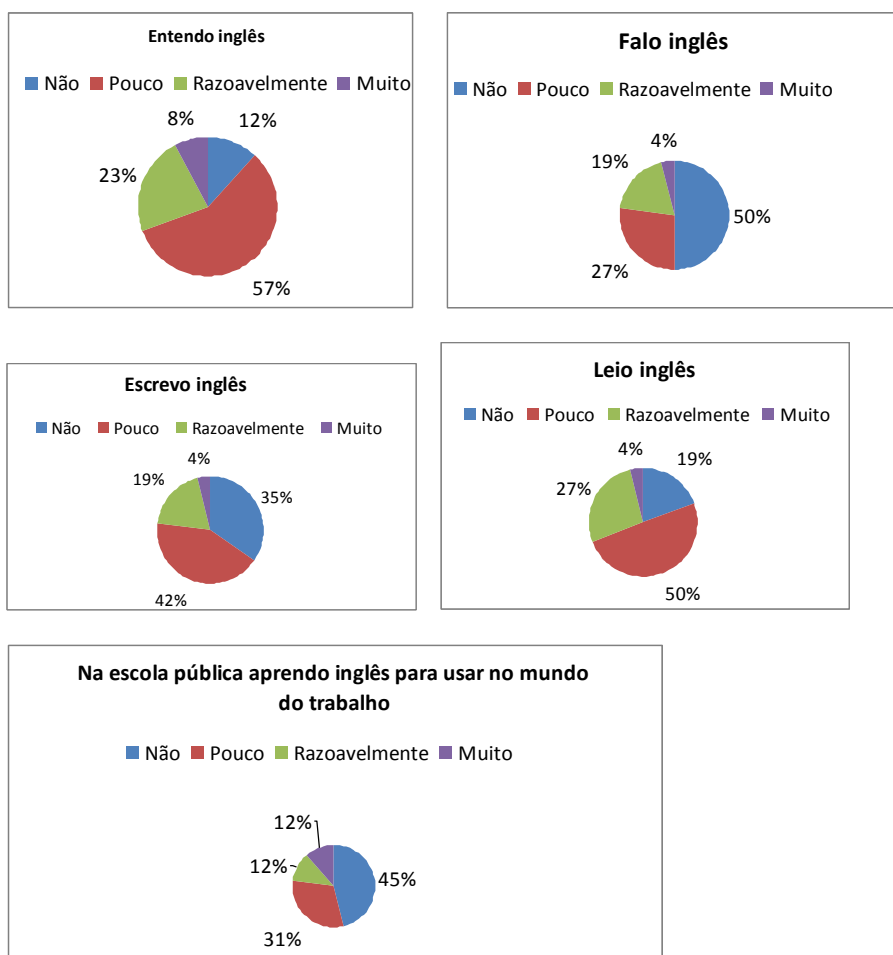
Como visto na primeira parte deste artigo, o mercado de trabalho paga melhor profissionais que sabem inglês e tem encontrado dificuldade para contratar funcionários com



essa habilidade, então, cada vez mais, as empresas oferecem curso de inglês no local de trabalho (Tondelli, 2005).

De acordo com questionário aplicado aos 25 estudantes do Ensino Médio de uma escola pública do Estado de São Paulo, observamos que 16 deles acreditam que é importante fazer um curso de inglês em uma escola de idiomas; 18, que muitos alunos atrapalham a aprendizagem dessa língua; 12, que aprenderam pouco inglês. Ao mesmo tempo em que 20 acreditam que falar inglês é importante para suas vidas no geral, e 19, que as pessoas que falam inglês conseguem bons trabalhos (figura 1).

Ao perguntarmos se eles falavam, escreviam, liam e compreendiam inglês suas respostas se concentraram em “não” ou “pouco”. Os estudantes também têm a impressão de que a escola não ensina inglês para o trabalho e, que, portanto, precisam fazer um curso de inglês em uma escola de idiomas, como mostra a figura 1 abaixo.



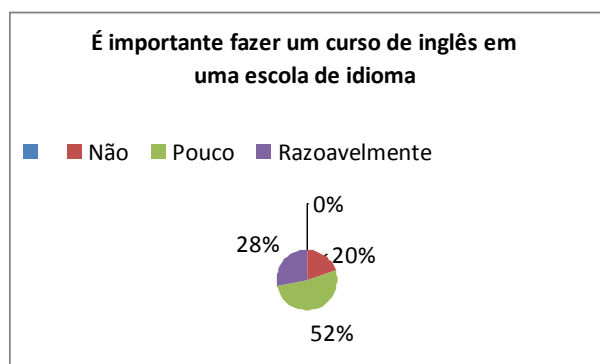


Figura 1 – Resultados dos questionários propostos aos estudantes.

Concluimos essa segunda parte constatando as propostas oficiais para o ensino de língua estrangeira na escola pública regular não pretende ensinar inglês para o Mercado, isto é, não pretende ser um instituto de idiomas que ensina a língua estrangeira sem a reflexão sobre o papel dessa língua em nosso contexto social, histórico e econômico. Em seu texto procuram não descartar totalmente a necessidade de se ensinar o conhecimento sistêmico (a língua em si), conhecimento supostamente dado pelas escolas de idiomas.

Também pudemos observar que o ensino de línguas estrangeiras nas escolas públicas foi inicialmente privilégio de poucos e quando podia ser “privilégio de muitos” não o foi, guardadas as devidas justificativas que os próprios documentos dão em relação à falta de profissionais para se ensinar línguas para muitas pessoas, temos que “aceitar” que a democratização da escola impediu que os órgãos oficiais dessem a correta atenção às particularidades do ensino de idiomas. O Estado Brasileiro propõe princípios louváveis e necessários para serem desenvolvidos nas salas de aulas regulares que, no entanto, não conseguimos quantificar, agarrar, ver. A quantidade e duração das aulas são pequenas e há muitos alunos em sala, isso por que não falamos sobre os salários dos profissionais, que ganham mais nos institutos.

Apenas o reconhecimento de que a língua inglesa é importante para a vida geral do estudante e que o alunado deve compreender o ideológico por traz da língua estrangeira; a visão de que o conhecimento de inglês para o Mercado de Trabalho é importante, mas sempre colocando um “mas”, uma ressalva de que esse ensino não é o foco, produz alunos que não falam, não compreendem, não usam o inglês no seu trabalho. Caso queiram, devem procurar uma escola de idiomas que ensinará a língua acompanhada de todo o ideário do mundo capitalista.

Iniciamos nosso trabalho com o propósito de compreender por que apesar de tantas horas de aulas de inglês na escola regular saímos desse espaço sem saber essa língua. Nossas

dúvidas foram estimuladas pela necessidade de sabermos inglês para o nosso trabalho e, portanto obtermos melhor remuneração salarial.

Pensamos que seria importante analisar o que a escola pretendia com o ensino de idiomas em seu ambiente e descobrimos que o objetivo da escola e o que queremos são coisas totalmente diferentes. Historicamente, o ensino de idiomas nas escolas públicas sempre esteve em último plano e hoje em dia, esse ensino não busca formar falantes de inglês para o Mercado. A análise que as propostas fazem é de que ao aprendermos uma língua estrangeira aprendemos também tudo o que há de ideológico, histórico, comportamental por traz dela e por isso, o papel da escola não deve estar limitado apenas ao ensino sistêmico da língua. Enfim, deixam esse papel para as escolas de idiomas. Por quê? É possível retirar as demandas do Mercado de dentro da sala de aula? As pessoas que estudam em escola pública não precisam trabalhar e ganhar um salário digno? Ora, parece-nos que uma proposta que esquece as necessidades do Mercado poderá fazer com que muitas pessoas continuem ganhando entre R\$500,00 e R\$1.000,00, quem é que precisa de funcionários que ganharão sempre o mínimo? Quem é que precisa de funcionários que não têm a compreensão de mundo que a aprendizagem de uma língua estrangeira pode proporcionar? Veja, sabemos que ao falar inglês, ampliamos a nossa leitura de mundo. Quem não quer essa ampliação? O Mercado? O capitalismo?

É muito louvável queremos que os estudantes aprendam muito mais do que a língua, mas sem sabermos a língua não há como avançar. Se fizemos um paralelo com a alfabetização em língua materna veremos que na escola a professora nos ensina os códigos dessa língua (letras, palavras, textos), e que ao mesmo tempo em que ela faz isso podemos refletir sobre uma história que ouvimos, uma notícia de jornal, pois afinal entendemos o que ela fala. Na língua estrangeira, se não sabemos os significados das palavras como vamos conversar sobre o texto? Ficaremos a mercê da tradução.

A parcial negação das propostas oficiais com relação ao ensino de inglês para utilizá-lo no Mercado de trabalho nos mostra uma lógica perversa: sou estudante de escola pública e não sei falar, compreender e escrever inglês, por isso, ao procurar trabalho estarei nesse lugar “não sei inglês”. De acordo com nossa pesquisa, esse aluno ganhará menos do que seus colegas que fizeram curso de idiomas, ao ganhar menos não conseguirá fazer um curso extra e ficará nessa posição até que receba algum tipo de apoio, desde um curso oferecido no seu ambiente de trabalho, até receber uma bolsa e/ ou sacrificar algum gasto pessoal para estudar, isto é, a lógica de que pobre continuará sendo pobre continua.



O ensino de língua inglesa não recebe nenhum tipo de avaliação oficial, como acontece com as matérias de Língua Portuguesa e Matemática, portanto, não sabemos se o que é proposto oficialmente é cumprido. Assim, a sociedade não sabe para quê e por quê a escola ensina inglês, então constrói a ideia de que o inglês está na escola por que o “mundo está globalizado”, “as empresas pagam melhor a quem fala inglês” e etc..

Incomoda-nos sobremaneira que os estudantes de escolas públicas não aprendam inglês e que fiquem distantes de todos os benefícios que a aprendizagem de uma língua estrangeira pode oferecer, principalmente a ampliação de oportunidades para se conseguir um bom emprego e do contato com o que há de mais avançado tecnologicamente.

Para o Mercado de trabalho, o fato de os estudantes não saberem inglês causam um problema individual e um problema para a empresa: o primeiro receberá menos por não saber inglês, e o segundo, precisará fazer investimentos extras caso queiram profissionais com essa qualificação. Ao mesmo tempo, o indivíduo que já sabe inglês consegue trabalhos melhores e, às vezes, as empresas que não podem investir em cursos de idiomas ficam limitadas ao mercado nacional.

Terminamos nosso trabalho com duas certezas: os objetivos para o ensino de língua inglesa precisam ser mudados, e o mercado existe. A segunda afirmação é óbvia, mas a escola parece querer negar isso. O medo de que ensinar a língua para o mercado reduz a aprendizagem reflete uma limitação. O ensino de língua estrangeira não é o único responsável por ensinar o que há por traz dos discursos lingüísticos, há outras disciplinas na escola que também fazem isso, no entanto, saber falar inglês transforma a vida do trabalhador materialmente; enquanto restringimos o ensino de inglês retiramos a melhoria de vida de várias pessoas e impedimos o crescimento de várias áreas do mercado brasileiro.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. 1998. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Estrangeira**. MEC/ SEF, Brasília.

BRASIL. 2006. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio – volume 1 – Linguagens, códigos e suas tecnologias**. MEC/SEB, Brasília

Cox, M.I.P. & Assis-Peterson, A.A. 2007. Inglês em tempos de globalização: para além de bem e mal. **Caleidoscópio** 5(1):5-14.

Dore, R. 2006. Gramsci e o debate sobre a escola pública no Brasil. **Caderno CEDES**, 26(70):329-352.

- Fogaça, F.C. & Nunes, G.T. 2007. O ensino de línguas estrangeiras e a sociedade. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada** 7(1):161-182.
- Giardino, A. 2011. O profissional que as empresas querem. **Você S.A.** 155:14-15.
- LDB. 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- SÃO PAULO. 2008. **Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Inglês.** SEE, São Paulo.
- Tondelii, M.F. 2005. A Influência da língua estrangeira na empregabilidade de profissionais da área tecnológica no setor industrial : um setor exploratório na região norte do Paraná. **Dissertação de mestrado.** Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa.

